
EDITORIAL

Este número especial da revista *Peri* é uma boa amostra da riqueza temática que caracteriza a essa subárea da Filosofia da Ciência que é a Filosofia da Biologia. Ademais, este número também serve para termos uma ideia, pelos menos aproximada, do desenvolvimento que esta subdisciplina epistemológica tem atingido no plano ibero-americano, e particularmente no Brasil. Obviamente, teria sido impossível que um único número especial contemplasse todos os problemas que caem sob o escopo da Filosofia da Biologia. Nem sequer aqueles problemas que possam ter considerados como os temas clássicos ou fundamentais desta área de estudos poderiam caber em vários números de qualquer revista. Mas o que este número sim consegue dar é uma ideia do tipo de interrogação sobre as ciências biológicas que compete à Filosofia da Biologia; mostrando também que, no âmbito brasileiro e ibero-americano, este campo de reflexão tem atingido um desenvolvimento muito significativo.

A Filosofia de Biologia feita no nosso âmbito está involucrada nas polêmicas mais atuais desse campo de estudo; podendo ver-se, ademais, que esse envolvimento está referido à discussão de problemas, e não ao mero acompanhamento (‘atualizado’), ou à simples resenha (‘imparcial’), de polêmicas acontecidas alhures. Na maior parte dos trabalhos que compõem este número, e como ocorre em todo o âmbito da Filosofia da Biologia, os protagonistas são os problemas, e não os autores que já os trataram. O tema em pauta é, preponderantemente, a Biologia, erigida ela em assunto de reflexão filosófica; e não os filósofos que já se ocuparam desses problemas. As teses e os argumentos destes são considerados menos como tema que como contraponto ou como recurso para dar um passo a mais na reflexão.

Abrindo o número está “Cuando la biología se hace pública: el desafío político de la filosofía de las ciencias biológicas”, de Nahuel Pallitto, Leonardo Bloise e Guillermo Folguera. O artigo questiona a própria tarefa da filosofia da biologia, sugerindo que ela pode se debruçar também sobre as implicações políticas dos saberes da biologia quando estes são mobilizados no espaço público.

Em “O método dos tipos nomenclaturais na taxonomia biológica e a modalidade *de dicto*”, Jerzy Brzozowski analisa uma certa disputa em torno do uso dos nomes dos

táxons biológicos, uma discussão na qual parte dos debatedores se valeram da literatura externa à taxonomia em si – a biologia da conservação – para argumentar em favor de uma posição taxonômica. Levando em consideração detalhes da legislação taxonômica, Brzowski apresenta algumas implicações desse debate para a teoria da referência a ser adotada para os nomes dos táxons biológicos.

Por sua vez, em “Causas, significados y normas”, Juan Ramos Álvarez se debruça sobre um problema clássico da Filosofia da Biologia: o caráter teleológico de algumas explicações biológicas. Seu enfoque, entretanto, baseado na biossemiótica, é muito inovador e permite estabelecer um nexo entre a dimensão funcional dos processos biológicos e dimensão normativa dos processos sociais.

O conceito de normatividade também está implícito em “Falconer, Darwin y el derecho anglosajón: como repensar la 'estructura' de la teoría evolutiva”, de Lorenzo Baravalle e Maurizio Esposito. Os autores partem de uma troca de correspondência entre Darwin e o paleontólogo escocês Hugh Falconer acerca da estrutura da teoria evolutiva. Falconer argumentava que a teoria de Darwin era como uma catedral que poderia sofrer modificações, mesmo mantendo intactos seus fundamentos (no caso da teoria, esses fundamentos seriam a ancestralidade comum e a adaptação). O próprio Darwin tinha uma visão menos fundacionista de sua teoria, sugerindo a imagem de um *framework* baseado no princípio de descendência com modificação. Deslocando a metáfora da arquitetura para a esfera jurídica, os autores do artigo comparam a teoria evolutiva ao sistema jurídico anglo-saxão, argumentando que é possível que a teoria seja um sistema coerente e bem-articulado sem necessitar de uma hierarquia bem definida.

No artigo “Inferência da melhor explicação: Darwin e a adaptação”, Marcos Rodrigues da Silva argumenta que o fato de Darwin, em comparação com os autores vinculados à tradição da teologia natural, inaugurar um novo sentido para o conceito de adaptação, faz com que um argumento realista que utilize a inferência à melhor explicação não se aplique neste caso.

A estrutura da teoria evolutiva volta a ser o tema em “A dimensão metacientífica das propostas de síntese do conhecimento evolutivo”, artigo no qual Leonardo Augusto Luvison Araújo faz uma comparação dos pressupostos epistemológicos nos que se alicerçam duas narrativas sobre a história da biologia evolutiva: aquela construída pelos

arquitetos da Nova Síntese; e aquela que hoje propiciam esses biólogos que propugnam a articulação de uma sínteses expandida.

O conceito de “semaforonte” ocupa um papel central na sistemática filogenética proposta por Willi Hennig. Ruãn Pontes Lins Batista e Martin Lindsey Christoffersen, em “A multidimensionalidade do semaforonte e a relação delicada entre sistemática filogenética e sistemática biológica”, propõem um resgate do papel articulador entre sistemática filogenética e sistemática biológica realizado pelo semaforonte hennigiano.

Daniel Blanco e Adriana Noemí Gonzalo, em “The theory of natural selection and the evolutionary origin of the faculty of language within generativism”, abordam o debate contemporâneo sobre a evolução da linguagem no contexto do gerativismo linguístico. A contribuição pretende abordar as formas como a multiplicidade de hipóteses adaptacionistas impacta no debate em questão.

Em “O modelo de seleção pelas consequências como elo integrativo entre o biológico e o cultural”, Gabriel Caetano Queiroz & Filipe Lazzeri partem das analogias existentes entre a explicação seletional darwiniana e o modelo de modelo de seleção por consequências, desenvolvido originalmente por Skinner e incrementado por Glenn, apresentando uma reconstituição deste último.

O conceito biológico de espécie é abordado por Karine Rossi em “Conceito biológico de espécie: são satisfatórias as defesas de Ernst Mayr em prol do conceito?”. Conforme indica o título, Rossi realiza um balanço dos argumentos e respostas publicados por Mayr em torno do conceito, concluindo que tais defesas são, em grande medida, insatisfatórias.

Já em “O impacto da revolução genética sobre a filosofia biológica de Georges Canguilhem”, Caio Souto nos traz uma análise histórica sobre o impacto que o surgimento da Biologia Molecular teve no desenvolvimento do pensamento de Georges Canguilhem. No que tange a isso, Couto salienta a importância que a leitura de *O acaso e a necessidade* de Jacques Monod, e a *Lógica do ser vivo* de François Jacob tiveram para Canguilhem. Couto, ademais, é o responsável pela tradução ao português, e pela sua apresentação, do texto ‘Vida’ que Georges Canguilhem escreveu para a *Encyclopaedia Universalis*.

No artigo que encerra este número, “Vida, auto-organização e teleologia”, Rodrigo Barbosa Gomes Benevides nos mostra de que forma o conceito de *autopoiesis*,

desenvolvido pelo biólogo e cientista cognitivo Francisco Varela, permite superar algumas limitações da análise kantiana da noção de ‘propósito natural’. De fato, entre o trabalho de Benevides e o trabalho de Souto há uma continuidade digna de ser salientada: ambos nos mostram de que maneira o desenvolvimento teórico da Biologia não deixa de modificar as perspectivas que pode assumir a análise epistemológica.

Por fim, cumpre registrar aqui nosso agradecimento aos colaboradores e colaboradoras, bem como à equipe editorial da revista *Peri*, por possibilitarem a publicação deste número.

Florianópolis, outubro de 2020.

Gustavo Andrés Caponi

Jerzy André Brzozowski

Editores Convidados